

**ALLCARE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ: 19.841.730/0001-43

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2025 (Em Milhares de Reais)

**Balancos patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	37	43	47.361	34.281
Créditos a receber de clientes	5	-	-	26.335	28.906
Impostos a recuperar	6	681	745	5.975	6.426
Bens e títulos a receber	7	-	-	4.811	11.773
Despesas antecipadas		20	19	429	74
Total do ativo circulante		738	807	84.911	81.460
Ativo não circulante					
Depósitos judiciais	8	-	-	5.440	5.155
Imposto diferido ativo	9	-	-	1.397	1.360
Investimentos	10	69.595	73.323	-	-
Imobilizado	11	-	3	12.017	8.439
Intangível	12	34.899	34.899	81.136	92.686
Total do ativo não circulante		104.494	108.225	99.990	107.640
Total do ativo		105.232	109.032	184.901	189.100

Demonstrações dos resultados					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida	20	-	-	389.825	338.099
Custos dos serviços prestados	21	-	-	(184.482)	(137.559)
Lucro bruto		-	-	205.343	200.540
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	21	(358)	(271)	(88.048)	(76.932)
Depreciações e amortizações	12 e 13	(3)	(7)	(53.873)	(74.985)
Perdas com créditos incobráveis	22	-	-	(30.522)	(29.734)
Resultado de equivalência patrimonial	10	26.171	12.918	-	-
Outras receitas e despesas operacionais	23	(121)	-	(1.308)	1.757
Resultado operacional antes do resultado financeiro		25.689	12.640	31.592	20.646
Receitas financeiras		217	15	10.987	8.070
Despesas financeiras		(5.287)	(3.515)	(7.297)	(5.284)
Resultado financeiro, líquido	24	(5.070)	(3.500)	3.690	2.786
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		20.619	9.140	35.282	23.432
Imposto de renda e contribuição social - corrente	25	-	-	(15.819)	(14.490)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	25	-	-	1.156	198
Lucro líquido do exercício		20.619	9.140	20.619	9.140

**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)**

**1. Contexto operacional:** A Allcare Investimentos e Participações S.A. (doravante denominada "Companhia" ou "Allcare") é uma sociedade anônima constituída em 16 de outubro de 2014, com sede localizada na Avenida Rio Branco, 138, sala 1051 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. A Companhia tem por objetivo a participação em outras sociedades e companhias, como quotista ou acionista. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as empresas investidas apresentaram um crescimento pautado principalmente em um aumento no portfólio de produtos e parcerias com novas operadoras de planos de saúde. A Administração considera que a perpetuação dos resultados positivos auferidos nos últimos anos irá refletir positivamente nos indicadores econômicos. Os acionistas da Companhia aprovaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 em 30 de março de 2026. **1.1. Estrutura societária:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possui investimentos através da totalidade das quotas do capital das empresas abaixo discriminadas: • AllCare Administradora de Benefícios São Paulo Ltda. (doravante denominada "Administradora São Paulo") é uma empresa por quotas com responsabilidade limitada, com estrutura jurídica própria, tendo como principal atividade econômica a administração de benefícios de planos de saúde coletivos por adesão, conforme Resolução Normativa nº 528, de 29 de abril de 2022, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, através da assinatura de contratos, convênios e outros instrumentos jurídicos, com pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial, que tenham interesse em transferir a administração do plano de saúde coletivo por adesão oferecido a seus beneficiários. • AllCare Administradora de Benefícios em Saúde Ltda. (doravante denominada "Administradora em Saúde") é uma empresa por quotas com responsabilidade limitada, estrutura jurídica própria, tendo como principal finalidade a administração exclusiva de planos privados de assistência à saúde suplementar, na forma do que dispõe o artigo 34 da Lei nº 9.656/98, registrada sob o nº 417.459 junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e classificada como administradora de benefícios. A Administradora em Saúde foi constituída em setembro de 2009, conforme registro na JCDF nº 53101083126, sendo suas atividades iniciadas após o registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, datado de 16 de agosto de 2010. • AllCare Benefícios Corretora de Seguros São Paulo Ltda. (doravante denominada "AllCare Corretora") é uma empresa por quotas com responsabilidade limitada, com estrutura jurídica própria, tendo como principal atividade econômica a corretagem de seguros no ramo vida, capitalização, planos previdenciários e planos de saúde, através da assinatura de contratos, convênios e outros instrumentos jurídicos, com pessoas jurídicas ou físicas que tenham interesse em adquirir produtos que sejam objeto de sua atividade. • Solution Serviços e Gestão em Saúde Ltda. (doravante denominada "Solution") é uma empresa por quotas com responsabilidade limitada, com estrutura jurídica própria, tendo como principal atividade econômica a prestação de serviços de assessoria, consultoria e gestão administrativa, operacional e financeira à operadoras de seguros e planos de assistência privada à saúde e/ou a pessoas jurídicas públicas e privadas, incluindo, mas não se limitando a serviços de cobrança, entrevista qualificada para novos beneficiários ("aceitação"), movimentação cadastral, gestão de indicadores e análise de sinistralidade. • JLDO Tecnologia Ltda. (doravante denominada "JLDO") era uma empresa por quotas com responsabilidade limitada, com estrutura jurídica própria, tendo como principal atividade econômica comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática, incluindo, mas não se limitando à consultoria em tecnologia da informação, desenvolvimento de programas de computador sob encomenda e desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis, sendo extinta suas atividades em julho de 2025. **2. Políticas contábeis:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas abaixo. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OPCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado. **2.1. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que deixar de exercer o controle sobre a controlada. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo Grupo, relacionados com transações entre empresas do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, conforme apresentadas abaixo.

	31/12/2025	31/12/2024
AllCare Administradora Benefícios em Saúde Ltda.	100%	100%
AllCare Benefícios Corretora de Seguros São Paulo Ltda.	100%	100%
AllCare Administradora de Benefícios de São Paulo Ltda.	100%	100%
Solution Serviços e Gestão em Saúde Ltda.	100%	100%
JLDO Tecnologia Ltda.	-	100%

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas das Companhias, segundo a natureza de cada saldo, complementado pelas eliminações (i) da participação no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as controladas; (ii) dos saldos de contas correntes e outros saldos integrantes do ativo e/ou passivo mantidos entre as Companhias; e (iii) identificação da participação dos acionistas não controladores. **2.2. Classificação corrente versus não corrente:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulante. Um passivo é classificado circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **2.4. Mensuração do valor justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros, como por exemplo, aplicações em Certificado de Depósitos Bancário - CDB e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá. • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Passivo circulante					
Débito de operações de assistência à saúde	13	-	-	32.894	29.883
Fornecedores		29	-	8.537	12.083
Obrigações com pessoal		8	8	16.971	16.880
Impostos e contribuições a recolher	14	4	2	6.650	6.587
Parcelamentos de tributos e contribuições	14	-	-	597	2.091
Arrendamento	15	-	-	1.620	2.008
Empréstimos e financiamentos	16	-	11.519	88	12.902
Partes relacionadas	18	-	-	-	-
Outras contas a pagar		-	-	309	275
Total do passivo circulante		41	11.529	67.666	82.709
Passivo não circulante					
Parcelamentos de tributos e contribuições	14	-	-	514	1.123
Arrendamento	15	-	-	3.380	676
Empréstimos e financiamentos	16	-	12.931	-	13.005
Provisão para contingências	17	-	-	4.969	2.714
Imposto diferido passivo	9	-	-	3.181	4.301
Total do passivo não circulante		-	12.931	12.044	21.819
Patrimônio líquido	19				
Capital social		84.572	179.576	84.572	179.576
Reserva de lucros (prejuízos) acumulados		19.588	-	-	-
Reserva legal		1.031	-	-	-
Prejuízos acumulados		-	(95.004)	20.619	(95.004)
Total do patrimônio líquido		105.191	84.572	105.191	84.572
Total do passivo e do patrimônio líquido		105.232	109.032	184.901	189.100

Demonstrações dos resultados abrangentes					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício		20.619	9.140	20.619	9.140
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Resultados abrangentes do exercício		20.619	9.140	20.619	9.140

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Lucros					
Capital social		84.572	179.576	84.572	179.576
Reserva legal		1.031	-	-	-
Reserva de lucros acumulados		-	(95.004)	20.619	(95.004)
Prejuízos acumulados		(95.004)	-	-	-
Lucro líquido do exercício		20.619	9.140	20.619	9.140
Constituição de reserva legal		-	1.031	-	(1.031)
Reserva de retenção de lucros		-	19.588	(19.588)	-
Saldos em 31/12/2025		84.572	1.031	19.588	- 105.191

mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

**2.5. Reconhecimento de receita:** As receitas das controladas que atuam como administradoras de benefícios e reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, operando como estipulante ou prestadora de serviço para empresas, órgãos públicos ou entidades representativas que desejam contratar um plano de saúde e/ou odontológico coletivo, referem-se a receita de taxa de administração (*over*), correspondente à remuneração mensal da atividade de administração e/ou estipulação dos ramos de saúde e odontológico dos planos coletivos por adesão. Com relação à controlada que atua no ramo de corretagem de planos de saúde, atuando na intermediação da assinatura de contratos, convênios e outros instrumentos jurídicos, com pessoas jurídicas ou físicas que tenham interesse em adquirir produtos ofertados por seus clientes. A receita de contrato com cliente é reconhecida quando a prestação do serviço é confirmada pelos clientes (mediante a confirmação, pelo cliente, do recebimento da contraprestação do beneficiário final) por um valor previamente pactuado na celebração do contrato de agenciamento ou comissionamento. A receita é reconhecida pelas controladas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo dos valores a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre os serviços. **Custo para obtenção de contrato:** As controladas da Companhia que atuam como administradoras de benefícios incorrem em custos incrementais para obtenção de contratos, aquisição de carteira de clientes, que foram contabilizados como ativos. Tais ativos capitalizados são amortizados seguindo uma sistemática de cálculo elaborada pela Companhia que se baseia no prazo médio de fruição do benefício econômico gerado pela aquisição da respectiva carteira, ou seja, correlação entre a afecção da receita de clientes com os custos incrementais incorridos na obtenção do contrato.

**2.6. Tributos: Imposto de renda e contribuição social - correntes:** Ativos e passivos de tributos correntes são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas dos respectivos tributos. Periodicamente, a Administração da Companhia avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. Tributos diferidos: Tributo diferido, é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **Tributos sobre as vendas:** Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto: • Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e • Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável e a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **2.7. Imobilizado:** Os itens do ativo imobilizado são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme divulgado na Nota 11. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o receptor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso.

**2.8. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Um ativo intangível é baixado quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. Com a adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, os custos diretamente relacionados à aquisição de novos contratos passam a ser capitalizados. Dessa forma, os gastos variáveis com comissões de terceiros, são capitalizados como ativo intangível e amortizados pelo prazo médio de permanência dos beneficiários em carteira, obtido através de metodologia desenvolvida pela equipe técnica atuarial da Companhia, revisado anualmente pela Administração e ajustado de forma prospectiva, quando for o caso. **2.9. Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **a) Classificação de ativos financeiros e passivos financeiros:** **Ativos financeiros:** **Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não tenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia e suas controladas tenham

Demonstrações dos fluxos de caixa					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício		20.619	9.140	20.619	9.140
Ajustes por:					
Depreciações e amortizações		3	7	53.873	74.985
Equivalência patrimonial		(26.171)	(12.918)	-	-
Constituição de provisão para contingências		-	-	2.255	626
Provisão para perdas esperadas		-	-	4.278	2.262
Juros com operações partes relacionadas		-	1.771	-	3.098
Juros e encargos sobre arrendamentos		-	-	261	427
Juros sobre parcelamento		-	-	373	800
Juros sobre empréstimos		5.279	1.327	5.460	1.375
Imposto corrente		-	-	15.819	14.490
Imposto diferido		-	-	(1.156)	(198)
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:		(270)	(673)	101.782	107.005
Créditos a receber de clientes		-	-	(1.708)	(2.535)
Impostos a recuperar		64	11	451	598
Bens e títulos a receber		-	-	6.962	24.741
Despesas antecipadas		(1)	(19)	(355)	74
Depósitos judiciais		-	-	285	(1.005)
Débito de operações de assistência à saúde		-	-	3.011	(31.530)
Impostos e contribuições a recolher		2	2	(15.756)	(14.134)
Parcelamentos de tributos e contribuições		-	-	(2.476)	(3.627)
Obrigações com pessoal		-	-	91	2.271
Fornecedores		29	-	(3.546)	1.450
Outras contas a pagar		-	-	34	(256)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais		(176)	(679)	88.205	83.052
Atividades de investimento					
Recebimento de dividendos		29.900	13.355	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas		-	(5.000)	-	-
Adição no intangível e no imobilizado		-	-	(45.901)	(62.000)
Caixa					

Continuação ... custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos nesse modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. **2.12. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **2.13. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras e, dessa forma, não foi registrado nenhum ajuste. **2.15. Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **Companhia como arrendatária:** A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, dentro dos critérios de fixação da taxa de depreciação adotada pela Companhia. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 2.11. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início por que a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é mensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **2.16. Demonstração dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **2.17. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:** A Empresa aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estejam vigentes. As alterações no CPC 02 (R2), CPC 18 (R3), não impactaram as demonstrações financeiras da Empresa. A Empresa pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis ou relevantes. **2.18. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **CPC 26 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substituiu o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O CPC 26 (R1) e as alterações nas outras normas só entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O CPC 26 (R1) será aplicado retrospectivamente. A Empresa está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. **3. Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas:** **Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. **Estimativas e premissas:** As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras incluem os impostos, ativos imobilizados, ativos intangíveis, provisões e avaliação do valor recuperável de certos ativos. **4. Caixa e equivalente de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	-	-	1	1
Bancos - conta movimento	-	-	13.148	6.976
Aplicações financeiras - livros	37	43	34.212	27.304
	37	43	47.361	34.281

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras em sua totalidade, se encontram mantidas em instituições financeiras de primeira linha com remuneração atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com rendimento de 14,33 % a.a. (10,88% em 2024). Todas as aplicações possuem liquidez diária para resgate e outras características de caixa e equivalente de caixa. **5. Créditos a receber de clientes:** Os créditos a receber de clientes estão apresentados líquidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização dos créditos a receber de clientes e títulos a receber

cuja recuperação é considerada improvável.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Administração de benefícios de assistência médica	29.394	35.298
Taxa de administração de benefícios	4.273	5.218
Provisão para perdas esperadas (i)	(7.332)	(11.610)
	26.335	28.906

(i) A provisão para perdas esperadas constituída pelas controladas da Companhia é elaborada com base em estudo comparativo, seguindo os critérios estabelecidos pelo CPC 48. As perdas com créditos incobráveis são mensuradas por meio de estimativa fundamentada na taxa histórica de perda esperada. O resumo por idade de créditos a receber de clientes é o seguinte:

	31/12/2025		31/12/2024	
Créditos a vencer	24.568	26.112		
Créditos em atraso até 30 dias	2.322	3.807		
Créditos em atraso de 31 a 60 dias	2.318	2.711		
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	2.187	3.358		
Créditos em atraso há mais de 91 dias	2.272	4.528		
	33.667	40.516		

**5. Créditos a receber de clientes - Continuação**  
A movimentação da provisão para perdas esperadas está apresentada a seguir:

	31/12/2025		31/12/2024	
Saldo no início do exercício	11.610	13.872		
(-) Reversão de provisão	(31.324)	(32.482)		
Constituição de provisão	27.046	30.220		
Saldo no final do exercício	7.332	11.610		

**6. Impostos a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda retido	48	9	135	999
Imposto de renda a restituir	519	511	3.059	2.637
Contribuição social a restituir	114	114	755	946
PIS e COFINS a restituir	-	-	5	27
Impostos sobre serviços	-	-	14	-
INSS a compensar	-	-	2.007	1.706
IOF a recuperar	-	111	-	111
	681	745	5.975	6.426

**10. Investimentos**  
A movimentação dos saldos de investimentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está demonstrada como segue:

	31/12/2024		31/12/2025	
AllCare Administradora de Benefícios de SP Ltda.	55.964	-		
AllCare Administradora Benefícios em Saúde Ltda.	8.856	-		
AllCare Benefícios Corretora de Seguros de SP	8.324	-		
Solution Serviços e Gestão em Saúde Ltda.	179	-		
	73.323	-		

	31/12/2023		31/12/2024	
AllCare Administradora de Benefícios de SP Ltda.	56.929	-		
AllCare Administradora Benefícios em Saúde Ltda.	5.294	-		
AllCare Benefícios Corretora de Seguros de SP	6.498	5.000		
Solution Serviços e Gestão em Saúde Ltda.	38	-		
	68.759	5.000		

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as principais informações sobre as empresas investidas pela Companhia avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais podem ser resumidas da seguinte forma:

	31/12/2025		31/12/2024	
Resultado do exercício	12.652	4.922		
Patrimônio líquido	8.479	11.279		
	4.982	13.306		
	59	88		

	31/12/2025		31/12/2024	
Resultado do exercício	8.875	55.964		
Patrimônio líquido	7.077	8.856		
	(3.174)	8.325		
	140	177		
	-	-		

AllCare Administradora de Benefícios de SP Ltda.  
AllCare Administradora Benefícios em Saúde Ltda.  
AllCare Benefícios Corretora de Seguros de SP Ltda.  
Solution Serviços e Gestão em Saúde Ltda.  
JLDO Tecnologia Ltda.

**11. Imobilizado**

	31/12/2024		Adições		Bai-Trans-xas ferência		Depre-çiação		31/12/2025	
Benefícios em imóveis de terceiros	2.555	45	-	-	(321)				2.279	
Móveis e utensílios	1.075	452	-	-	(126)				1.401	
Equipamentos de informática	1.876	19	-	-	(647)				1.248	
Máquinas e equipamentos	243	154	-	-	(46)				351	
Veículos	266	-	-	-	(58)				208	
Imobilizado em andamento	-	1.641	-	-	-				1.641	
Direito de uso - arrendamentos (i)	2.424	4.681	-	-	(2.216)				4.889	
	8.439	6.992	-	-	(3.414)				12.017	

	31/12/2023		Adições		Bai-Trans-xas ferência		Depre-çiação		31/12/2024	
Benefícios em imóveis de terceiros	2.738	137	-	-	(320)				2.555	
Móveis e utensílios	1.184	74	-	-	(183)				1.075	
Equipamentos de informática	1.779	740	-	-	(643)				1.876	
Máquinas e equipamentos	279	5	-	-	(41)				243	
Veículos	-	290	-	-	(24)				266	
Direito de uso - arrendamentos (i)	3.849	448	-	-	(1.873)				2.424	
	9.829	1.694	-	-	(3.084)				8.439	

(i) Direito de uso decorrente dos contratos de arrendamento celebrados pelas Controladas. Diante da existência de múltiplas filiais no território nacional, coexistem diversos contratos de arrendamento, com diferentes prazos de vigência, de modo geral se enquadrando entre o prazo de 2 (dois) até 5 (cinco) anos

**12. Intangível**

	31/12/2024		Adições		Bai-Trans-xas ferência		Amorti-zações		31/12/2025	
Ágio (goodwill) gerado na aquisição da AllCare Administradora Benefícios em Saúde Ltda. e AllCare Benefícios Corretora de Seguros de SP Ltda.	34.899	-	-	-	-				34.899	
	34.899	-	-	-	-				34.899	

	31/12/2023		Adições		Bai-Trans-xas ferência		Amorti-zações		31/12/2024	
Ágio (goodwill) gerado na aquisição da AllCare Administradora Benefícios em Saúde Ltda. e AllCare Benefícios Corretora de Seguros de SP Ltda.	34.899	-	-	-	-				34.899	
	34.899	-	-	-	-				34.899	

	31/12/2024		Adições		Bai-Trans-xas ferência		Amorti-zações		31/12/2025	
Softwares	7.567	10.073	-	-	(8.677)				8.963	
Comissão de obtenção de vendas	34.852	24.896	-	-	(32.824)				26.924	
Aquisição de carteira	15.368	3.940	-	-	(8.958)				10.350	

Ágio (goodwill) gerado na aquisição da AllCare Administradora Benefícios em Saúde Ltda. e AllCare Benefícios Corretora de Seguros de SP Ltda.

	31/12/2023		Adições		Bai-Trans-xas ferência		Amorti-zações		31/12/2024	
Softwares	8.705	5.776	-	-	(6.914)				7.567	
Comissão de obtenção de vendas	30.527	40.848	-	-	(36.523)				34.852	
Aquisição de carteira	30.150	13.682	-	-	(28.464)				15.368	

Ágio (goodwill) gerado na aquisição da AllCare Administradora Benefícios em Saúde Ltda. e AllCare Benefícios Corretora de Seguros de SP Ltda.

	31/12/2025		31/12/2024	
Softwares	34.899	-	-	34.899
Comissão de obtenção de vendas	104.281	60.306	(71.901)	92.686

a) **Softwares:** Os softwares registrados pelas controladas da Companhia referem-se, basicamente, ao sistema de computação *TopDown e SalesForce*, composto de fluxos operacionais das atividades operacionais das controladas, que permitem o controle das operações dos beneficiários e de sistemas relacionados à gestão para o segmento de atendimentos. A amortização dos softwares é calculada pelo método linear à taxa de 20% ao ano, ou conforme prazo de utilização em contrato, tendo sido determinada de acordo com a expectativa de vida útil-econômica estimada. b) **Comissão de obtenção de vendas:** A amortização das comissões sobre obtenção de vendas é calculada com base no tempo médio de permanência dos beneficiários na carteira de cada Administradora, seguindo as diretrizes do CPC 47. c) **Aquisição de carteira:** As aquisições de carteira são amortizadas de acordo com a movimentação de exclusão dos beneficiários dos contratos ativados. d) **Ágio (goodwill) na aquisição da AllCare Administradora Benefícios em Saúde Ltda. e AllCare Benefícios Corretora de Seguros de SP Ltda.:** O ágio reconhecido pela Companhia, no valor de R\$34.899 está relacionado às aquisições das controladas AllCare Administradora Benefícios em Saúde Ltda. e AllCare Benefícios Corretora de Seguros de SP Ltda., realizadas em 9 de agosto de 2014, o qual se baseia na expectativa de rentabilidade futura das empresas. Anualmente, o ágio é submetido ao teste de ajuste ao seu valor provável de recuperação. A recuperação do ágio registrado pela Companhia foi analisada pela Administração, tomando como base os critérios estabelecidos pelo pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. As premissas que sustentam as conclusões do teste de recuperabilidade realizado vão desde as previsões dos fluxos de caixa estimados trazidos a valor presente até as projeções de crescimento do mercado no horizonte de longo prazo. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as controladas apresentaram resultados consistentes e em linha com as expectativas projetadas. A Administração entende que os progressos conquistados no exercício de 2025 e as expectativas atualizadas de crescimento das controladas suportam a recuperabilidade dos respectivos ágios. e) **Carteira de clientes e contrato de não competição:** As carteiras de clientes e contrato de não competição são relativas à aquisição da AllCare Administradora Benefícios em Saúde Ltda. e AllCare Benefícios Corretora de Seguros São Paulo Ltda. A amortização desses montantes se dá com base na vida útil definida para os intangíveis,

**7. Bens e títulos a receber:**

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Valores a receber de pessoas jurídicas (i)	3.192	3.624
Adiantamento a fornecedores	419	5.504
Adiantamento a funcionários	1.100	1.015
Créditos a receber das operadoras de planos de saúde (ii)	-	1.593
Outros valores	100	37
	4.811	11.773

(i) Refere-se substancialmente aos saldos a receber com as operadoras referente comissão sobre a venda dos planos de saúde. (ii) O saldo reconhecido em 31 de dezembro de 2024, se refere ao acordo firmado com algumas operadoras de planos de saúde para regularização de divergências encontradas nos repasses efetuados pela Empresa, cujo saldo foi totalmente compensado em maio de 2025.

**8. Depósitos judiciais**

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos judiciais - regulatório	3.002	3.002
Depósitos judiciais - cíveis	1.664	1.431
Bloqueios judiciais	693	669
Depósitos judiciais - tributário	53	53
Depósitos judiciais - trabalhista	28	-
	5.440	5.155

**9. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis. O valor contábil do ativo e passivo fiscal diferido é revisado e atualizado periodicamente, enquanto as projeções são atualizadas anualmente, a não ser que ocorram fatos relevantes que possam modificá-las. O imposto diferido é calculado sobre as diferenças temporárias, conforme movimentação abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Diferenças temporárias entre o tratamento contábil e fiscal	4.534	2.280
Provisão para contingências	7.253	7.319
Provisão para gratificações	66	173
Impacto da adoção do CPC 06 (R2)	(24.443)	(30.031)
Impacto da adoção do CPC 47	7.332	11.609
Impacto da adoção do CPC 48	(5.258)	(8.650)
Base de cálculo - IRPJ e CSLL	(1.784)	(2.941)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.397	1.360
Imposto diferido ativo	3.181	4.301
Imposto diferido passivo	-	-

	Controlada		Equivalência patrimonial	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	12.652	44.922
Distribuição de dividendos	-	(6.056)	8.479	11.279
	-	-	4.982	13.306
	-	(150)	58	88
	-	(29.900)	26.171	69.595

	Controlada		Equivalência patrimonial	
	31/			

Continuação ...

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	24.450	6.320	25.907	7.385
Captação	-	22.500	870	23.429
Juros provisionados	5.279	1.327	5.460	1.375
Amortização de juros	(5.279)	(1.327)	(5.460)	(1.375)
Pagamentos	(24.450)	(4.370)	(26.689)	(4.907)
Saldo final	-	24.450	88	25.907
Circulante	-	11.519	88	12.902
Não circulante	-	12.931	-	13.005

Os empréstimos não possuem cláusulas restritivas em seu contrato. **17. Provisão para contingências:** Atualmente, a Companhia não possui contingências passíveis de provisionamento em sua operação. Com relação aos processos em andamento de suas controladas, elas constituíram provisão correspondente ao valor estimado dos processos com provável perda. As controladas AilCare Administradora de Benefícios São Paulo Ltda., AilCare Administradora de Benefícios em Saúde Ltda. e AilCare Benefícios Corretora de Seguros São Paulo Ltda. são parte integrante em processos judiciais de natureza cível, regulatória e trabalhista surgidos no curso normal dos seus negócios. As provisões para contingências são reconhecidas nas demonstrações financeiras das controladas em relação às quais causas consideradas como perdas prováveis, com base em posições periodicamente analisadas pelos advogados internos e assessores jurídicos externos, considerando o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e a saída de recursos para a liquidação das obrigações. Em relação aos processos cíveis em andamento, sendo o montante de R\$3.159 avaliado como perda provável, para o qual foi constituída provisão para contingências, as principais causas versam sobre: (i) questionamento a respeito da aplicação do reajuste de preço do plano de saúde por mudança de faixa etária e também pelo reajuste anual dos beneficiários; (ii) pedidos de reativação de planos de saúde cancelados por falta de pagamento das mensalidades; (iii) pedidos de reativação de planos de saúde cancelados por rescisão unilateral requerida pela operadora de plano de saúde; e (iv) questionamento por parte dos beneficiários devido à cobrança de mensalidades em atraso não quitadas. Em relação aos processos regulatórios oriundos das multas administrativas lavradas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a AilCare Administradora de Benefícios São Paulo possui discussões em andamento nas esferas administrativa no total de R\$10.764 e com prognóstico de perda possível, sendo R\$1.144 na esfera administrativa e R\$9.620 na esfera judicial (execução fiscal). Em relação ao saldo de R\$9.620, se refere a discussões na esfera judicial com a realização de garantia do juízo, permitindo a apresentação de defesa. Em relação aos valores envolvidos, é preciso mencionar que as multas lavradas pela ANS sofreram movimentação, tendo sido encerradas as discussões administrativas inaugurando a discussão na esfera judicial, fazendo com que os valores fossem alterados devido a atualização monetária da dívida, acrescida dos honorários da Procuradoria da Fazenda Nacional – PGFN, órgão responsável por executar a dívida na esfera judicial. Por fim, quanto ao mérito das multas lavradas os principais motivos considerados pela ANS como infrações à legislação dos planos privados de assistência à saúde, referem-se a condutas: (i) postergação da data de início de vigência do plano de saúde; (ii) cancelamento do plano de saúde do beneficiário indevidamente; (iii) suspensão do plano de saúde do beneficiário indevidamente; e (iv) não envio ou envio fora do prazo da carteira de identificação do beneficiário, sobre as quais a Empresa possui parecer jurídico de renomado jurista demonstrando a irregularidade das multas, assim como possui decisões administrativas da própria ANS, em sede de revisão administrativa, anulando os Autos de Infração, razão pela qual a probabilidade de perda possível representa a melhor e mais assertada classificação. A Administração da Companhia, substanciada na opinião de seus consultores jurídicos quanto à possibilidade de perda nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas e refletidas em suas demonstrações financeiras consolidadas são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Contingência Cível	31/12/2025		31/12/2024	
	Possível	Provável	Possível	Provável
AilCare Administradora de Benefícios São Paulo Ltda.	916	2.905	501	2.121
AilCare Administradora de Benefícios em Saúde Ltda.	45	245	35	158
AilCare Benefícios Corretora de Seguros São Paulo Ltda.	-	9	-	9
<b>Regulatória</b>	<b>9.620</b>	<b>1.384</b>	16.711	-
AilCare Administradora de Benefícios São Paulo Ltda.	9.620	1.144	16.534	-
AilCare Administradora de Benefícios em Saúde Ltda.	-	240	177	-
<b>Tributário</b>	<b>3.837</b>	<b>426</b>	-	426
AilCare Benefícios Corretora de Seguros São Paulo Ltda.	3.837	426	-	426
<b>Trabalhista</b>	<b>33</b>	-	-	-
AilCare Administradora de Benefícios São Paulo Ltda.	10	-	-	-
AilCare Benefícios Corretora de Seguros São Paulo Ltda.	23	-	-	-
	<b>14.451</b>	<b>4.969</b>	17.247	2.714

**Movimentação da provisão para contingências:**

	31/12/2025	31/12/2024
Saldos no início do exercício	2.714	2.088
Constituição de provisão	2.255	785
Baixa por pagamento	-	-
Reversão de provisão	-	(159)
Saldos no final do exercício	4.969	2.714

**18. Partes relacionadas: Remuneração do pessoal-chave da Administração (Controladora e Consolidado):** A remuneração com pessoal-chave da Administração da Companhia, incluindo os encargos, totalizou R\$101 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$96 em 31 de dezembro de 2024). A remuneração com pessoal-chave da Administração, nas controladas da Companhia, incluindo os encargos, totalizou R\$3.500 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$4.200 em 31 de dezembro de 2024). **19. Patrimônio líquido:** a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Empresa é de R\$84.572 (R\$179.576 em 31 de dezembro de 2024) sendo composto pelas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, apresentadas no quadro abaixo. Cumpre observar que em novembro de 2025, os sócios, por unanimidade de votos e sem qualquer ressalva ou reserva, tendo em vista a constatação de prejuízos acumulados em exercícios anteriores, aprovaram a redução do capital social da Empresa para fins de absorção dos referidos prejuízos acumulados.

Sócios	31/12/2025		31/12/2024	
	Quantidade de ações (%)		Quantidade de ações (%)	
Pamplona Fundo de Investimento em Participações	55.046.286	100%	150.050.303	100%

b) **Reserva legal:** A Empresa destina 5% do resultado do exercício para formação da reserva legal até atingir 20% do capital social subscrito.

**20. Receita líquida:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita com administração de beneficiários	-	-	421.585	365.074
Deduções da receita	-	-	-	-
ISS	-	(9.382)	-	(8.329)
PIS	-	(2.881)	-	(2.455)
COFINS	-	(16.736)	-	(14.416)
Vendas Canceladas	-	(60)	-	(1)
Desconto Incondicionado	-	(2.701)	-	(1.774)
	-	389.825	-	338.099

**21. Custos dos serviços prestados e despesas administrativas**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custos serviços prestados	-	-	(136.410)	(85.676)
Serviços prestados	-	-	(48.072)	(51.883)
Pessoal próprio	-	-	(184.482)	(137.559)
Total	-	-	-	-
Despesas administrativas	-	-	-	-
Pessoal próprio	(101)	(96)	(42.799)	(44.366)
Serviços de terceiros	(168)	(112)	(19.584)	(9.855)
Localização e funcionamento	(63)	(39)	(14.523)	(15.095)
Propaganda e marketing	(26)	(24)	(3.493)	(3.025)
Outros	-	-	(7.649)	(4.591)
Total	(358)	(271)	(88.048)	(76.932)
	(358)	(271)	(272.530)	(214.491)

**22. Perda com créditos incobráveis**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Provisões para perdas esperadas (Nota 5)	-	-	(27.046)	(30.220)
Reversão de provisão para perdas esperadas (Nota 5)	-	-	31.324	32.482
Perdas efetivas (i)	-	-	(36.843)	(36.140)
Recuperação de perdas efetivas	-	-	2.043	4.144
	-	-	(30.522)	(29.734)

(i) Referem-se, substancialmente, às perdas com créditos vencidos decorrentes de operação de administração e estipulação de benefícios coletivos por adesão, para os quais a Companhia assume o risco da inadimplência perante as operadoras de saúde.

**23. Outras receitas e despesas operacionais**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outras receitas operacionais	-	-	418	4.338
Desconto obtidos	-	-	28	1.214
Descontos concedidos	-	-	(216)	(1.829)
Despesas operacionais	-	-	(15)	(9)
Intermediação de negócio	-	-	(1.311)	(1.451)
Despesas tributárias	121	-	(212)	(506)
	121	-	(1.308)	1.757

**24. Resultado financeiro, líquido**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita com aplicações financeiras	217	15	10.126	6.396
Juros sobre outros ativos	-	-	861	1.674
Total das receitas financeiras	217	15	10.987	8.070
Juros e encargos sobre financiamentos	-	-	(261)	(427)
Juros sobre parcelamento	-	-	(373)	(800)
Juros sobre empréstimo	(5.279)	(1.327)	(5.460)	(1.375)
Juros partes relacionadas	-	(1.771)	(534)	(1.632)
Encargos financeiros	(8)	(417)	(669)	(1.050)
Total de despesas financeiras	(5.287)	(3.515)	(7.297)	(5.284)
Resultado financeiro, líquido	(5.070)	(3.500)	3.690	2.786

**25. Imposto de renda e contribuição social**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-	61.453	23.432
Perdas operacionais	-	-	4.742	4.313
Constituição de provisões para perdas esperadas	-	-	30.047	30.513
Outras provisões	-	-	3.106	3.781
Outras adições	-	-	6.755	5.358
Outras exclusões	-	-	(167)	(1.073)
Impacto da adoção do CPC 06 (R2)	-	-	338	15
Impacto da adoção do CPC 47	-	-	599	5.496
Impacto na adoção do CPC 48	-	-	(3.003)	(253)
Reversão de provisão para perdas esperadas	-	-	(31.324)	(32.502)
Outras reversões de provisão	-	-	(111)	-
AilCare Investimentos e Participações	-	-	(20.619)	3.778
AilCare Benefícios Corretora de Seguros São Paulo	-	-	-	3.256
	-	-	51.816	46.114
Compensação de prejuízo fiscal   base negativa de CSLL	-	-	(2.400)	52
Base de cálculo imposto de renda e contribuição social	-	-	49.416	46.166
Imposto de Renda - 15%	-	-	7.412	6.911
Adicional de IR - 10%	-	-	4.863	4.549
Dedução - Incentivo Fiscal	-	-	(511)	(358)
Dedução - Programa de Alimentação do Trabalhador	-	-	(78)	(381)
CSLL corrente - 9%	-	-	4.133	3.769
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	(15.819)	(14.490)
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	1.156	198

**26. Instrumentos financeiros e gestão de risco financeiro:** A Companhia possui gerenciamento de riscos que consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado e expectativas futuras. Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2025 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, bens e títulos a receber, contas a pagar, fornecedores, débito de operações de assistência à saúde, parcelamentos e outras contas a pagar. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. O valor justo do caixa e equivalentes de caixa e bens e títulos a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, débitos operações de assistência de saúde e outras contas a pagar se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. A Companhia se encontra exposta a um risco de mercado, taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez, os quais são monitorados pela Administração. Estes riscos significativos de mercado que afetam os negócios da Companhia podem ser assim resumidos: **Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço - que pode ser de commodities, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos, equivalentes de caixa e outros ativos financeiros, investimentos em instrumentos de dívida e patrimoniais e instrumentos financeiros derivativos. As análises de sensibilidade nas seções a seguir referem-se à posição em 31 de dezembro de 2025 e 2024. As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, no índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida existente em 31 de dezembro de 2025. As análises excluem as movimentações do impacto nas variáveis de mercado sobre o valor contábil de obrigações com benefícios pós-emprego, provisões e ativos e passivos não financeiros das operações no exterior. As seguintes premissas foram adotadas no cálculo das análises de sensibilidade: • A sensibilidade dos itens da demonstração do resultado reflete o efeito das mudanças assumidas em relação aos respectivos riscos do mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. • A sensibilidade do patrimônio é calculada considerando o efeito de quaisquer hedges de fluxo de caixa e hedges de investimento líquido de uma controlada no exterior em 31 de dezembro de 2025 para os efeitos das mudanças presumidas no risco. **Sensibilidade a taxa de juros:** A Companhia possui empréstimos em moedas locais sujeitos principalmente à flutuação da taxa do CDI. O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A análise de sensibilidade dos juros sobre empréstimos utilizou como cenário provável (Cenário I) as taxas referenciais obtidas na BM&FBOVESPA em 31 de dezembro de 2025, e os Cenários II e III levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados, em valores nominais, são como seguem:

Cenários	Cenário I atual	Cenário II + 25%	Cenário III + 50%
Taxa do CDI (a.a.)	14,32%	17,90%	21,48%

**Análise da sensibilidade - Gerenciamento de risco:** A Companhia possui a reconciliação do fluxo de caixa de forma a proporcionar um balanceamento entre os fluxos de caixa dos ativos e passivos. **26.1. Estrutura de capital:** A política da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor e de seus credores e do mercado, como também manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou aumentar seu capital, através de emissão e venda de novas quotas. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A classificação dos principais ativos financeiros por categoria é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos a valor justo por meio do resultado	37	37	43	43
Receiváveis	-	-	-	-
Total	37	37	43	43

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos a valor justo por meio do resultado	47.361	47.361	34.281	34.281
Receiváveis	-	-	-	-
Total	47.361	47.361	34.281	34.281

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm atualização monetária consistente com taxas de mercado. Os principais passivos financeiros da Companhia são classificados e mensurados pelo custo amortizado como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivos financeiros	-	-	32.894	29.882
Débito de operações de assistência à saúde	-	-	8.537	12.083
Fornecedores	-	-	1.110	3.214
Parcelamentos de tributos e contribuições	-	-	88	25.908
Empréstimos e financiamentos	-	-	42.629	71.087

**26.2. Risco de crédito:** O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas em função da inadimplência de suas contrapartes. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão do caixa. Para mitigar os riscos, a administração adota como prática análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios, além da diversificação de sua carteira de recebíveis, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de crédito. Tais procedimentos, são adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seus bens e títulos a receber. A administração considera que o risco de crédito está substancialmente coberto pela provisão para créditos de liquidação duvidosa. **26.3. Risco de liquidez:** Considerando as atividades da Companhia, a gestão do risco de liquidez implica em monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações com o objetivo de manter uma posição de caixa com liquidez imediata para honrar compromissos assumidos. Esse risco decorre da inadequação do calendário de fluxos de caixa. A Companhia vem monitorando continuamente o impacto dos recentes acontecimentos de mercado sobre a liquidez de suas posições e quando necessário altera suas diretrizes justificadamente. A Companhia elabora análises de fluxo de caixa e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados. **26.4. Risco operacional:** O risco operacional é relevante para a manutenção dos negócios e visa evitar as perdas que possam surgir a partir de fraudes, atividades com erros, omissões, ineficácia no processo, falhas de sistema ou de eventos externos. A diretoria comercial e operacional da Companhia é responsável por manter um nível aceitável de controle interno, adequado à escala e natureza das operações. São responsáveis também por identificar e avaliar riscos, e ainda desenhar controles para mitigação de possíveis riscos. A estrutura de gestão de risco operacional auxilia as áreas envolvidas a desempenhar essas responsabilidades, definindo uma metodologia padrão de avaliação de risco e fornecendo uma ferramenta para o relatório sistemático de dados de perda operacional. **27. Cobertura de seguros:** A Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros em 31 de dezembro de 2025:

Seguradora	Valor segurado	Ramo	Vigência
HDI Seguros	R\$2.000	Incêndio - SEC	17/12/2025 a 16/12/2026
		Empresarial Apólice	
Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.			
Farias Pereira de Sousa - Presidente			
Ivan Nassif Souza - Diretor Financeiro			
Juliana Aparecida Loiacone Barbosa - Contadora Responsável			
CRC: 1SP321785/0			

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Diretores e Conselho de administração da **Ailcare Participações e Investimentos S.A.** - Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ailcare Participações e Investimentos S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. **Responsabilidades da diretoria e**